



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.406, DE 19 DE AGOSTO DE 1998

**Dispõe sobre a Carreira do Magistério Público
no Sistema Municipal de Ensino e dá providências correlatas**

SÉRGIO MONTANHEIRO, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Integram a carreira do Magistério Público no Sistema Municipal de Ensino os profissionais que exercem atividades de docência na Educação Infantil, nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial.

Art. 2º - Aplicam-se aos integrantes da carreira do Magistério Público do Sistema Municipal de Ensino as disposições contidas na Lei Municipal nº 223, de 01 de agosto de 1974 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itapevi, e suas alterações, bem como disposições atinentes aos servidores públicos previstas na legislação do Município, desde que não conflitantes com as normas estabelecidas na presente Lei.

Art. 3º - O ingresso na carreira do Magistério Público do Sistema Municipal de Ensino ocorrerá exclusivamente por concurso público de provas e títulos, observando-se, como qualificação profissional mínima, o ensino médio completo, na modalidade normal.

Parágrafo único - O concurso público para ingresso na carreira terá validade de dois (02) anos, prorrogável por igual período.

CAPÍTULO II

Do Cargo e suas Especificações

Art. 4º - O profissional integrante do Quadro de Carreira do Magistério Público no Sistema Municipal de Ensino exercerá o cargo denominado Professor.

Art. 5º - O cargo de Professor terá seiscentas (600) vagas, distribuídas nas Unidades de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental, obedecida a lotação específica de cada Unidade.

Art. 6º - São atribuições e responsabilidades do Professor, sem prejuízo das atribuições conferidas na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e observada a proposta pedagógica da respectiva Unidade de Ensino:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

I - planejar diariamente aulas e atividades, selecionando materiais didáticos e pedagógicos, com base no planejamento anual, para atingir os objetivos curriculares;

II - ministrar aulas nas áreas específicas, obedecendo o planejamento, para obter melhor qualidade do ensino;

III - avaliar os alunos, observando participação, interesse e desenvolvimento sócio-afetivo;

IV - planejar e executar estudos contínuos de recuperação, para que sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem;

V - identificar, em conjunto com a coordenação pedagógica, casos de alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;

VI - registrar a frequência dos alunos, propondo estratégias diferenciadas para atingir os objetivos;

VII - respeitar a individualidade do aluno, propondo estratégias diferenciadas para atingir os objetivos;

VIII - relatar à direção as dificuldades cognitivas, de comportamentos sociais e emocionais dos alunos;

IX - organizar e promover solenidades comemorativas, jogos e trabalhos manuais para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da Pátria;

X - participar da organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação das reuniões pedagógicas;

XI - recorrer metodicamente à oficina pedagógica como espaço de ampliação e aperfeiçoamento das reuniões pedagógicas;

XII - executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia.

Art. 7º - São direitos específicos do Professor:

I - ter a seu alcance informações educacionais, bibliografias, material didático e outros instrumentos, bem como contar com a assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e a ampliação do seu conhecimento;

II - ter assegurada a oportunidade de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III - dispor, no ambiente de trabalho, de instalações e material técnico-pedagógico suficiente e adequado, para que possa exercer com eficiência e eficácia suas atribuições;

IV - ter liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psico-pedagógicos, observando alicerçar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

V - receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

VI - participar, como integrante do Conselho da Escola, dos estudos e deliberações que afetam o processo educacional;

VII - participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

Art. 8º - O Professor tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas, deverá:

I - conhecer e respeitar as Leis e seus regulamentos;

II - preservar, através de seu desempenho profissional, os princípios, os ideais e fins da Educação Brasileira;

III - empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processo que acompanhe o progresso científico da educação;

IV - participar das atividades educacionais que lhes forem atribuídas;

V - comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza;

VI - manter espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral;

VII - incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando a construção de uma sociedade democrática;

VIII - assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

IX - respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado;

X - comunicar à chefia imediata as irregularidades que tiver conhecimento na sua área de atuação, ou, à chefia superior, no caso de omissão por parte da primeira;

XI - zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da categoria profissional;

XII - fornecer elementos para a permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração;

XIII - considerar os princípios psico-pedagógicos, a realidade sócio-econômica da clientela escolar e as diretrizes da política educacional na escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

XIV - participar do Conselho da Escola;

XV - participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;

XVI - assegurar a efetivação dos direitos pertinentes à criança e ao adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação municipal atinente.

CAPÍTULO III

Da Jornada de Trabalho do Professor

Art. 9º - O Professor exercerá suas atribuições em uma das seguintes jornadas de trabalho:

I - jornada de vinte e quatro (24) horas por semana, sendo vinte (20) horas de trabalho em sala de aula e quatro (04) horas de trabalho em atividades pedagógicas.

II - jornada de trinta (30) horas por semana, sendo vinte e cinco (25) horas de trabalho em sala de aula e cinco (05) horas de trabalho em atividades pedagógicas.

§ 1º - A hora de trabalho em sala de aula terá a duração de sessenta (60) minutos, dentre os quais cinquenta (50) minutos serão dedicados à tarefa de ministrar aula.

§ 2º - São consideradas como horas de trabalho em atividades pedagógicas aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, realizadas na Unidade de Ensino ou em locais indicados pela Secretaria Municipal de Ensino.

§ 3º - A jornada de trabalho do docente poderá ser acrescida de horas suplementares, não vinculadas a horas de trabalho pedagógico, para substituição de professor ausente ou execução de projetos especiais, obedecido, como limite máximo de duração do trabalho normal, quarenta (40) horas semanais, após o que será considerado serviço extraordinário.

Art. 10 - Ao ingressar na carreira, o Professor fará opção pela jornada de trabalho de acordo com a sua classificação e oferta de vagas.

CAPÍTULO IV

Da Retribuição Pecuniária do Professor

Art. 11 - O vencimento do Professor é a retribuição mensal pecuniária fixada para o exercício do cargo em conformidade com o respectivo enquadramento de evolução funcional, em nível e classe, observada a jornada de trabalho semanal exercida, nos termos do disposto nesta Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 12 - O valor da hora de trabalho do Professor será calculado pela divisão de seu vencimento pelo número de horas da respectiva jornada de trabalho no mês.

§ 1º - Comporão o vencimento, para efeito do cálculo determinado neste artigo:

a) o Adicional por Tempo de Serviço e o Adicional Sexta-Parte de que tratam os artigos 145 e 146 da Lei Municipal nº 223/74, observada a nova redação conferida pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 1.126/93, com a modificação determinada pelo disposto no artigo 1º, inciso II da Lei Municipal nº 1.129/93;

b) O Abono Pecuniário de que trata a Lei Municipal nº 1.269/95, com a alteração levada a efeito no artigo 5º da Lei Municipal nº 1.388/98.

§ 2º - Para apuração do número total de horas da jornada de trabalho no mês, considerar-se-á o mês como de cinco (5) semanas.

Art. 13 - Utilizar-se-á o valor da hora do trabalho do Professor no cálculo da retribuição pecuniária devida pelo exercício de horas suplementares de trabalho, horas de trabalho em caráter extraordinário e horas de trabalho em período noturno.

Art. 14 - O valor da hora suplementar de trabalho do Professor será equivalente ao valor determinado para a respectiva hora de trabalho.

Art. 15 - O valor da hora de trabalho realizada pelo Professor em caráter extraordinário será equivalente ao valor de sua hora de trabalho acrescida de cinquenta por cento (50%).

Art. 16 - A hora de trabalho realizada pelo Professor em período noturno, assim compreendido o período das 19 (dezenove) às 24 (vinte e quatro) horas, será acrescida de vinte por cento (20%) em seu valor.

CAPÍTULO V

Da Substituição do Professor

Art. 17 - O Professor será substituído em sua ausência por profissional com qualificação mínima, nos termos desta Lei, para o exercício do cargo, sendo:

I - nas faltas eventuais, por Professor pertencente ao Quadro de Professores da respectiva Unidade Escolar, em exercício de horas suplementares de trabalho ou, se absolutamente necessário, em exercício de horas extraordinárias de trabalho;

II - nos afastamentos transitórios ou saída do serviço público, por profissional contratado nos termos do disposto no art. 2º, inciso III da Lei Municipal nº 958/90, em caráter de excepcional interesse público.

§ 1º - Na impossibilidade de substituição por Professor da respectiva Unidade Escolar, na hipótese do inciso I deste artigo, a substituição se fará por Professor pertencente a qualquer das Unidades do Sistema Municipal de Ensino, a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º - O Diretor da Unidade Escolar organizará escala de Professores disponíveis na Unidade para a substituição temporária de que trata o inciso I deste artigo, comunicando imediatamente à Secretaria de Educação e Cultura eventual ausência de profissionais disponíveis.

CAPÍTULO VI

Da Carreira do Professor

Seção I

Das Formas de Evolução

Art. 18 - A carreira do profissional integrante do Magistério Público no Sistema Municipal de Ensino far-se-á através de evolução funcional, consistindo esta em Evolução Vertical, obtida por via acadêmica e representada por classe, e Evolução Horizontal, obtida por via não acadêmica e representada por nível.

Art. 19 - O Quadro de Evolução Funcional está contido no Anexo Único à esta Lei, que especifica o vencimento em conformidade com a jornada de trabalho, considerado o nível da Evolução Horizontal, definida na Seção II deste Capítulo, e a classe da Evolução Vertical, definida na Seção III deste Capítulo.

Seção II

Da Evolução Vertical

Art. 20 - A Evolução Vertical, obtida por via acadêmica, consiste na passagem do profissional para classe imediatamente superior, mediante comprovação de obtenção da habilitação profissional respectiva, observando-se:

I - Classe II para o profissional com habilitação em grau superior de ensino, de graduação correspondente à licenciatura plena, obtida em Instituição de Ensino reconhecida oficialmente;

II - Classe III para o profissional com habilitação em curso de pós-graduação, em nível de mestrado ou doutorado, obtida em Instituição de Ensino reconhecida oficialmente.

§ 1º - A Evolução Vertical independe de interstício de tempo.

§ 2º - O professor com habilitação no ensino médio completo, na modalidade normal, pertence à Classe I da Evolução Vertical.

Seção III

Da Evolução Horizontal

Art. 21 - A Evolução Horizontal, obtida por via não acadêmica, consiste na passagem do profissional para nível imediatamente superior dentro da mesma classe, mediante comprovação de preenchimento da totalidade dos requisitos necessários, sendo:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

I - interstício mínimo de cinco (05) anos, contínuos ou não, no nível em que estiver enquadrado;

II - ausência máxima de trinta (30) dias no período aquisitivo, considerada a respectiva jornada de trabalho;

III - estágios ou cursos de formação complementar na área de educação, que totalizem duração igual ou superior a quinhentas (500) horas, realizado(s) pela Secretaria de Educação e Cultura ou por outra instituição de ensino reconhecida oficialmente;

§ 1º - O interstício de tempo mencionado no inciso I será interrompido no afastamento do profissional do efetivo exercício da docência, exceto se tratar de licença gestante, licença paternidade, licença prêmio, férias, casamento, luto ou ocupação de cargo em comissão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura.

§ 2º - Não será considerado, para fins de cumprimento do disposto no inciso II, o afastamento decorrente de licença gestante, licença paternidade, licença prêmio, férias, casamento ou luto.

§ 3º - Os estágios e cursos de formação complementar serão considerados uma única vez.

§ 4º - Os cursos de graduação e pós-graduação não serão considerados para fins de evolução horizontal.

§ 5º - O Professor em início de carreira no Magistério Público do Sistema Municipal de Ensino pertence ao Nível I da Evolução Horizontal.

Seção IV

Da Aquisição da Evolução Funcional

Art. 22 - Para aquisição da evolução funcional, o interessado apresentará requerimento na Divisão de Protocolo da Prefeitura, dirigido à Secretaria de Educação e Cultura, instruindo-o com documentos pertinentes, em cópia autenticada.

Art. 23 - A competência plena para decidir a evolução funcional é do Secretário de Educação e Cultura, devendo a decisão ocorrer no prazo máximo de trinta (30) dias após o protocolo do pedido.

Parágrafo único - Para análise prévia da solicitação, com emissão de parecer conclusivo, o Secretário de Educação e Cultura comporá equipe de Gestão da Carreira do Magistério, formada por profissionais do suporte técnico-pedagógico da Secretaria de Educação e Cultura.

CAPÍTULO VII

Do Desenvolvimento do Ensino

Art. 24 - Para viabilizar o desenvolvimento regular do ensino em razão da demanda observada no Município, a Secretaria de Educação e Cultura providenciará:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

I - o remanejamento de Professores e alunos em razão da instalação ou extinção de classes no Quadro de Unidades de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura;

II - a remoção de Professor de uma para outra Unidade de Ensino do Quadro de Unidades de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura.

§ 1º - Far-se-á a remoção do Professor a pedido na existência de vaga e ausência de prejuízo ao ensino, a requerimento do interessado, dirigido ao Secretário de Educação e Cultura, constando anuência do Diretor da respectiva Unidade de Ensino.

§ 2º - Far-se-á a remoção de Professores mediante permuta a requerimento de ambos os interessados, dirigido ao Secretário de Educação e Cultura, constando anuência dos Diretores das respectivas Unidades de Ensino.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Seção I

Do Convênio de Municipalização do Ensino

Art. 25 - As vagas de que trata artigo 5º desta Lei, quando preenchidas por Professores colocados a disposição do Município nos termos do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento ao Ensino Fundamental, autorizado pela Lei Municipal nº 1.314/96, serão consideradas ocupadas para efeito de lotação das Unidades.

Parágrafo único - O Professor do Estado em exercício no Município atenderá, na execução de suas atribuições, as normas e diretrizes estabelecidas para o Sistema Municipal de Ensino.

Seção II

Da Extinção de Cargos

Art. 26 - Em razão das disposições constantes desta Lei, ficam extintos os cargos denominados Professor I, Professor II, Professor III e Professor IV, que passam a denominação única de Professor.

§ 1º - Os Professores que ocupavam os cargos denominados Professor III e Professor IV serão mantidos nas jornadas de trabalho já exercidas, de 24 horas por semana ou 30 horas por semana.

§ 2º - Os Professores que ocupavam os cargos denominados Professor I e Professor II serão remanejados pela Secretaria de Educação e Cultura para jornadas de trabalho de 24 horas por semana ou 30 horas por semana.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 27 - Os Professores aprovados no Concurso Público 01/98 para os cargos denominados Professor I, Professor II, Professor III e Professor IV serão nomeados para o cargo denominado Professor, no limite das vagas existentes, observada a lotação específica de cada Unidade de Ensino, ocorrendo o ingresso na carreira na forma do disposto no artigo 10 desta Lei.

Parágrafo único - Para fins do disposto neste artigo, os aprovados comporão lista única por ordem de classificação.

Seção III

Dos Recursos do FUNDEF destinados ao Magistério no Ensino Fundamental

Art. 28 - Ao final do exercício financeiro vigente, far-se-á a verificação dos recursos do Fundo Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério dispendidos com a remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino, de forma a apurar a utilização do percentual mínimo determinado no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

§ 1º - Na hipótese de não utilização do percentual mínimo definido, o valor necessário a complementação, apurado na forma do artigo 27 desta Lei, será rateado em forma de abono entre os profissionais do Magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental do Sistema Municipal de Ensino, proporcionalmente ao tempo de serviço no exercício financeiro vigente.

§ 2º - São profissionais do Magistério no Sistema Municipal de Ensino os Professores de que trata esta Lei e os Servidores que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de docência, em direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, definidos em Lei própria.

Seção IV

Da Execução e da Vigência da Lei

Art. 29 - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 30 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 19 de agosto de 1998


Sérgio Montanheiro
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 19 de agosto de 1998.


Gilberto Shizuo Kuwazuru
Secretário de Governo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO À LEI MUNICIPAL Nº 1.406/98 QUADRO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Jornada de Trabalho	Nível I Classe I	Nível II Classe I	Nível III Classe I	Nível IV Classe I	Nível V Classe I
24 Horas	R\$ 488,00	R\$ 512,40	R\$ 538,02	R\$ 564,92	R\$ 593,17
30 Horas	R\$ 610,00	R\$ 640,50	R\$ 672,52	R\$ 706,15	R\$ 741,45
Jornada de Trabalho	Nível I Classe II	Nível II Classe II	Nível III Classe II	Nível IV Classe II	Nível V Classe II
24 Horas	R\$ 585,60	R\$ 614,88	R\$ 645,62	R\$ 677,90	R\$ 711,80
30 Horas	R\$ 732,00	R\$ 768,60	R\$ 807,02	R\$ 847,38	R\$ 889,74
Jornada de Trabalho	Nível I Classe III	Nível II Classe III	Nível III Classe III	Nível IV Classe III	Nível V Classe III
24 Horas	R\$ 644,16	R\$ 676,36	R\$ 710,18	R\$ 745,69	R\$ 782,98
30 Horas	R\$ 805,20	R\$ 845,46	R\$ 887,72	R\$ 932,12	R\$ 978,71